

Água e integração regional na África ocidental: Papel dos rios na economia política oeste africana

Water and Regional Integration in West Africa: Role of rivers in the west African political economy

MAMADOU ALPHA DIALLOⁱ

Resumo: Este artigo parte da descrição histórica dos diferentes processos sociopolíticos, econômicos e culturais que se desenvolvem no curso do rio Senegal, para avaliar os possíveis conflitos de interesses políticos e econômicos e suas consequências positivas ou negativas para a integração regional dos países da região. Conclui-se que os rios são elementos favoráveis à promoção da cooperação e da integração regional na África Ocidental, apesar de certas tensões existirem entre Estados separados por rios, tais como o Senegal e a Mauritânia ou Senegal e Gâmbia.

Palavras-chaves: Integração regional, rios, economia política, África Ocidental.

Abstract: This article starts from the historical description of the different socio-political processes, economic and cultural conditions that develop in the back of the Senegal River, to evaluate possible conflicts of political and economic interests and their positive and negative consequences for regional integration of countries in the region. It is included that the rivers are favorable elements to the promotion of cooperation and regional integration in West Africa, despite some tensions that exist among States bordered by rivers such as Senegal and Mauritania and Senegal and Gambia.

Keywords: Regional integration, rivers, political economy, West Africa.

1. Introdução

Na história da humanidade, a gestão e o domínio do recurso “água” foi sempre uma das chaves do desenvolvimento civilizacional e, por ser um recurso indispensável para a vida de qualquer ser, seu domínio passou a ser símbolo de poder e de riqueza. Assim, existem vários exemplos de desenvolvimento ou de decadência ligados à gestão da água, seja nas civilizações marítimas, fluviais ou aparentemente urbanas (Reynard, 2000). Segundo esse autor, são respectivamente exemplos concretos dos casos supracitados, os povos da Fenícia, do Egito e o Império Romano. Na África Ocidental, a situação não é diferente, pois segundo Saâd (2004), ao longo dos séculos, os rios permitiram (ou impediram) o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região. Em torno dos rios Senegal e Gâmbia, por exemplo, edificou-se uma dinâmica humana alimentada de fluxos religiosos, culturais e socioeconômicos na busca de uma complementaridade entre povos

ⁱ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacional (PPGEEI), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista Capes.

Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI), Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Av. João Pessoa, Nº 52 Sala 33 A - Porto Alegre, RS - CEP: 90040-000. Email: mmalpha2004@yahoo.fr

Recebido em 10 de maio de 2013
Received on May 10, 2013

Aceito em 06 de outubro de 2013
Accepted on October 06, 2013

DOI 10.12957/rmi.2013.8366

nômades, agricultores e os movimentos da expansão do Islamismo ao sul do Saara (Barry 1985; Saâd 2004). O objetivo deste artigo é tentar, a partir da descrição histórica dos diferentes processos sociopolíticos, econômicos e culturais que se desenvolvem ao longo do rio Senegal, avaliar os possíveis conflitos de interesses político-econômicos e suas consequências positivas ou negativas para a integração regional dos países da região. Defende-se a tese de que os rios são elementos favoráveis à promoção da cooperação e da integração regional na África Ocidental, apesar de certas tensões existirem entre Estados separados por rios tais como Senegal e Mauritânia ou Senegal e Gâmbia.

2. Papel dos Rios na Formação do Estado na África Ocidental

A história africana é estreitamente ligada à existência dos rios e mares por vários motivos. Primeiramente, é bom lembrar que as sociedades e economias africanas são fortemente dependentes das condições climáticas ou da natureza. Por grandes contingentes populacionais viverem em condições economicamente não muito boas, os povos africanos devem sua existência às atividades como agricultura, pesca e pastoreio, dificilmente realizáveis longe dos rios e mares, principalmente quando consideramos que as estações das precipitações pluviométricas, além de periódicas, são de curta duração. Ou seja, evidentemente, bem antes da colonização europeia da África, a economia desse continente era dependente em parte ao recurso água.

A invasão e a colonização da África pelos europeus, a partir do século XV, também foram possíveis graças aos rios e mares, sem os quais, certamente, era quase impossível a chegada de europeus no continente africano. São os rios e mares que serviram de meios de comunicação e de transporte entre a Europa, África e as Américas ao longo dos séculos XVI a XIX, período que marcou a história da África por sucessivas e rápidas mudanças sociopolíticas econômicas e culturais (Boahen, 2010). Segundo esse autor, as mudanças mais importantes, mais espetaculares e também mais trágicas da história do berço da humanidade, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910. Esse período foi marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas, e depois pela

instauração do sistema colonial. As barreiras físicas ou geográficas foram muito importantes para restringir as áreas da África dominadas diretamente pelos europeus. No início, somente nas partes costeiras, onde, logisticamente falando, as embarcações tinham possibilidade de chegar e de atracarem nas regiões que passaram a ter contato com o imperialismo europeu.

No caso da África Ocidental, Boahen (2010) afirma que até 1880 a dominação europeia se limitava às zonas costeiras e à ilha do Senegal, à cidade de Freetown e aos seus arredores, às regiões meridionais do Costa do Ouro, ao litoral de Abidjan na Costa do Marfim e do Porto Novo no Daomé, atual Benim, mas igualmente nas ilhas de Lagos na Nigéria. Nas outras regiões do continente a situação não era diferente. A ocupação colonial se limitava às zonas costeiras e às partes distantes do mar eram livres da ocupação imperialista. Assim, na África Setentrional, os franceses tinham colonizado somente a Argélia, na África Oriental, nem um só palmo de terra havia tombado em mãos de qualquer potência europeia, e na África Central, o poder exercido pelos portugueses era restrito a algumas faixas costeiras de Moçambique e Angola (Boahen 2010, p. 28).

Grosso modo, percebe-se que os rios foram a origem da descoberta e da dominação da África a partir do século XVII pelos europeus, que mais tarde estabeleceram os limites entre as potências (Portugal, França, Reino Unido, Bélgica etc.). Esses limites serviram de norte para traçar as linhas fronteiriças das entidades políticas que são a base da formação dos atuais Estados africanos e, igualmente, foi pelos mesmos meios que as Américas foram “descobertas”, ocupadas e estruturadas nas atuais unidades políticas, econômicas e socioculturais. As relações entre a África e o resto do mundo e, *vice versa*, foram feitas através das águas, particularmente a partir do século XVI. Isso não significa que no período anterior a África não se relacionava com o mundo exterior. Segundo Wade (2005), relações entre África, Grécia e Roma e a Ásia existiram desde a Antiguidade através do comércio que se desenvolveu pelas das rotas do deserto do Saara, bem como se identificaram relações entre a Cristandade e o rei de Abissínia no final do século XIII e início do século IX. No entanto, as relações da África com o mundo por meio marítimo iniciaram-se com a expedição de *Henrique, o Navegador* (1394-1460), e

toma um rumo trágico e injusto, pois leva a escravidão, exploração e colonização (Wade 2005, p. 27).

Essa descrição do mapa da ocupação colonial da África no século XVIII mostra a importância estratégica e geopolítica dos rios na ocupação do continente em geral, particularmente da parte ocidental do continente e, conseqüentemente, na futura formação dos Estados na região, assim como, nas futuras relações entre os Estados e povos africanos. Portanto, podemos perceber que a integração de África, como um dos pilares fundamentais da economia mercantilista da era moderna, possibilitou e determinou sua reestruturação geopolítica e econômica (Ribeiro, 2007). O surgimento e desenvolvimento dos atuais Estados africanos estão diretamente ligados a esta nova configuração e integração da África na economia-mundo capitalista, que foi possível, graças às possibilidades oferecidas pelos rios e mares, que eram, na época, os mais usados e mais viáveis para o desenvolvimento do imperialismo europeu.

Na África Ocidental, os rios Senegal, Gâmbia, Níger, não só permitiram a penetração dos europeus no continente, mas foram motivos de projetos socioeconômicos, políticos e culturais dos Estados e dos povos que se estruturaram em volta desses rios. É importante salientar que os rios, como o rio Senegal, jamais constituíram uma fronteira política entre os Estados que estão de um lado e do outro antes da colonização, e mesmo até a independência em 1960 (Saâd, 2004), mas sempre determinaram as múltiplas e complexas relações entre os povos e Estados localizados nas suas beiradas.

Na parte ocidental, como em todo o restante do continente africano, apesar de os nomes de certos rios coincidirem com nomes de países (Senegal, Gâmbia, Níger etc.), é bom observar que os rios constituem bens comuns entre os Estados. Ou seja, os rios pertencem a mais de um Estado, porque, são usualmente usados como limites geográficos. Portanto, pode-se afirmar que atravessar um rio, na África Ocidental, com frequência significa atravessar uma fronteira e, através de um rio, podem-se percorrer vários Estados, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1: África Ocidental: Rios Como Bens Comuns

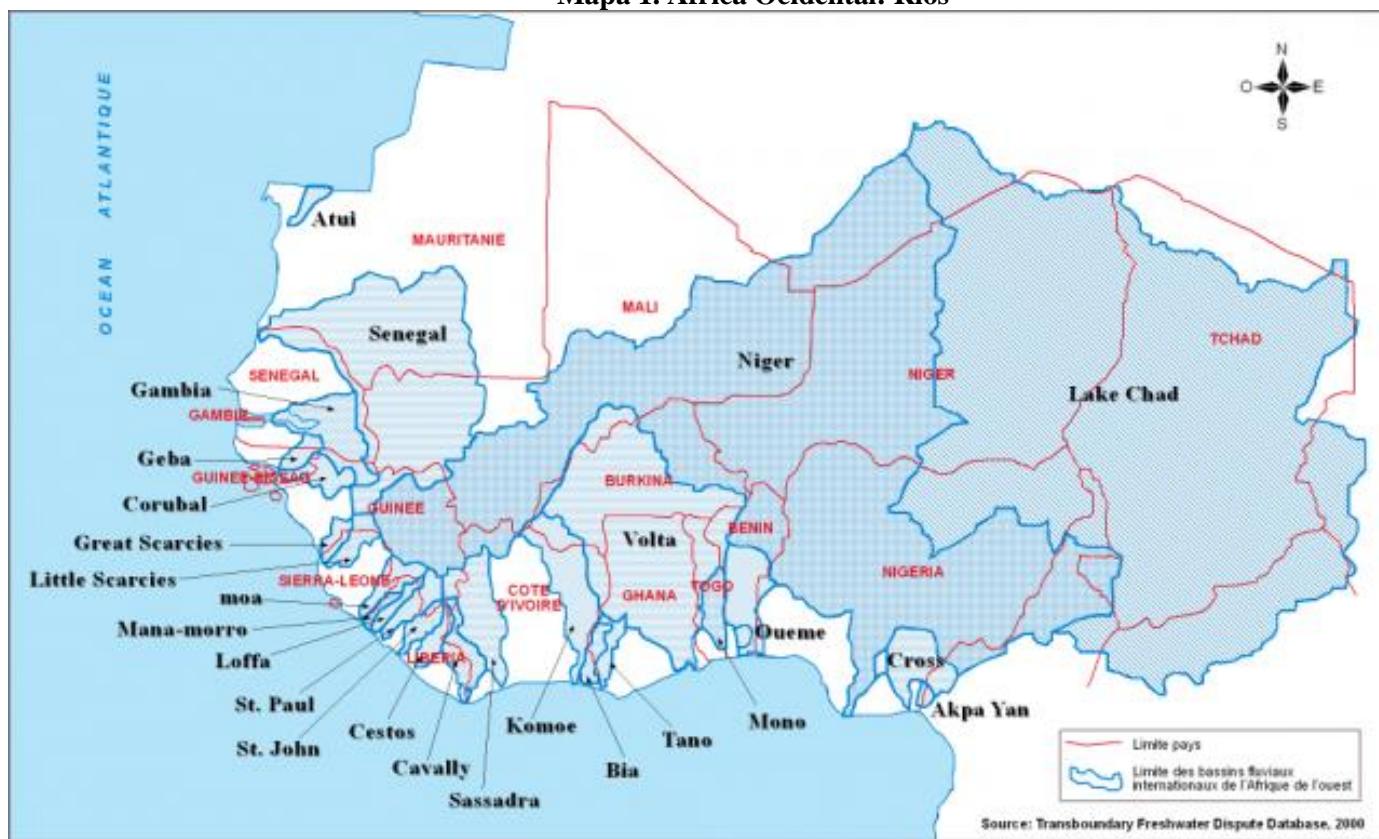
Rio	Superfície (KM ²)	Nº de países fronteiriços	Países
Senegal	436.000	4	Senegal, Mali, Mauritânia e Guine
Gâmbia	69.900	3	Gâmbia, Senegal e Guine Bissau
Geba	12.800	3	Guine Bissau, Republica de Guine e Senegal.
Queme	24.00	3	Benin, Nigéria e Togo.
Moa	22.500	3	Serra Leoa, Guiné e Libéria.
Níger	2.113.200	11	Nigéria, Mali, Níger, Algéria, Guine Conakry, Camarões, Burkina Faso, Benin, Costa de Marfim, Chade e Serra Leoa
Volta	412.800	6	Burkina Faso, Gana, Togo, Níger, Mali, Benin e Costa de Marfim.

Fonte: elaboração própria, segundo os dados de Niasse (2004).

O Quadro 1, apesar de não mapear todos os rios da África Ocidental, dá uma ideia clara da importância deles na configuração dos espaços políticos e mostra como podem ser usados para promover a integração regional. Contudo, também podem ser fonte de instabilidades e de desintegração. A África Ocidental conta nada menos do que dez grandes rios, conforme mostra o Mapa 1.

A maioria desses rios pertence a mais de um Estado, não somente por causa do traçado arbitrário das fronteiras durante o período colonial, mas também devido à importância vital dos mesmos para a sociedade. Os rios Níger, Senegal e Volta são alguns dos grandes rios que atravessam mais de uma fronteira nacional. O rio Níger, por exemplo, pode representar na África Ocidental o que representa o Zambeze para a África Austral. Segundo Stalgren e Söderbaum (2010), Zambeze é um dos maiores rios da África Austral, atravessando oito países (Angola, Botsuana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), para se jogar no Oceano Indico. Estima-se que cerca de 38,4 milhões de pessoas moram ao longo desse rio e dependem direta e indiretamente dele. Portanto, os rios tanto na África Austral quanto na África Ocidental, são nichos de uma dinâmica de micro regionalismo construídos em torno da exploração e aproveitamento dos recursos naturais da região da bacia.

Mapa 1. África Ocidental: Rios



Fonte: Niasse, 2004.

Os rios como Senegal, Gâmbia e Níger, além de serem a base de sobrevivência diária de milhões de pessoas na África Ocidental, são núcleos de produção de hidroelétricas, indústrias de mineração, pesca e turismo. Existe uma infinidade de partes interessadas nas ricas bacias em nível regional, nacional e local, bem como variedades de interesses que, juntos, criam intrinsecamente complexa teia de variadas camadas de conflitos e de cooperação.

3. Projetos de Cooperação e Integração a partir do Recurso Água: O Caso da OMVS

A água é um recurso vital não apenas para os seres humanos, mas para uma variedade de ecossistemas aquáticos, incluindo as zonas úmidas, bacias hidrográficas, zonas ribeirinhas, estuários e zonas costeiras. Estes habitats críticos, por sua vez, fonte de comunidades vizinhas com uma variedade de bens valiosos ecossistemas e serviços, tais como sustentar a biodiversidade, moderando inundações e secas, filtragem de veiculação hídrica contaminante, e que formam a base das cadeias alimentares costeiras e aquáticas (Niase, Afoua e Amani 2004, p.25).

As linhas acima resumem bem o caráter integrador da água, assim como sua importância tanto para a humanidade, quanto para o meio ambiente,

justificando desta forma o porquê de se tratar desse tema, principalmente em uma época em que as mudanças climáticas são vistas como principais ameaças à segurança humana e ao equilíbrio do planeta. A relevância do tema água e a integração regional na África Ocidental se justificam primeiro pela importância do recurso (água) na formação dos Estados africanos em geral e particularmente da África Ocidental, como foi mostrado na sessão anterior. Os reservatórios de água na região são estimados em mais de um trilhão de metros cúbicos, com o mínimo de oito (8) bilhões de metros cúbicos para a Gâmbia e duzentos e oitenta (280) bilhões de metros cúbicos para a Nigéria. Apesar dessa relativa abundância, a gestão dos recursos hídricos na África de Oeste, é motivo de diversos problemas naturais, socioeconômicos, políticos, institucionais e enormes desafios (Cedeao, 2006).

O continente africano conta com mais de sessenta rios internacionais, cuja gestão necessita enormes competências, instituições sólidas, um investimento importante e, sobretudo, uma forte cooperação transfronteiriça, conforme Sadoff, Dale e Hill (2010). Na opinião desses autores, a limitação de capacidade

humana, bem como a institucional, a falta de recursos financeiros, conjugados à instabilidade regional, dão um caráter incerto nas possibilidades de cooperação em torno do recurso água. No entanto, o que se observa na atualidade indica um caminho contrário, devido à multiplicação dos projetos desenvolvidos para a exploração dos recursos hídricos dos rios internacionais, na medida em que as populações e as economias nacionais e internacionais se desenvolvem. Importa notar que, qualquer projeto de desenvolvimento do mundo moderno precisa do recurso água, seja para as necessidades alimentares (água potável, produção de alimentos), seja por necessidades energéticas (energia elétrica), e/ou logísticas (transporte marítimo indispensável, por exemplo, no desenvolvimento do comércio internacional). Os recursos hídricos que ao longo da história africana serviram de fatores de convergência e de desenvolvimento de povos e culturas diversas, bem como os rios serviram de meio de transporte e de bases para a ocupação do continente pelo imperialismo europeu, são cada vez mais indispensáveis na realização das várias e diversas aspirações da população africana. Nessa ótica, a cooperação em favor da gestão conjunta dos rios internacionais é importante tanto no plano socioeconômico quanto político, levando em conta as questões relacionadas ao meio ambiente e aquecimento global.

A importância da cooperação internacional em torno da água se justifica pelas demandas crescentes por água doce, terras férteis e cultiváveis em um período em que se observa um avanço quase que descontrolado do aquecimento global, da diminuição da pluviometria em várias regiões do mundo, causando escassez de alimentos e, conseqüentemente, riscos de conflitos sociais e políticos; como é o caso dos acontecimentos no norte da África, conhecidos como “Primavera Árabe”. Essas diversas demandas são motivos de preocupação para governos e organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e agências humanitárias da ONU, bem como a sociedade civil. Reforçam o interesse na gestão concertada dos rios e águas internacionais na busca de uma economia crescente, uma gestão ambiental responsável e uma estabilidade geopolítica (Sadof, Dale e Hill 2010).

O continente africano, por fazer parte dos continentes menos desenvolvidos e ser um dos continentes onde a

maioria dos grandes rios são fronteiras internacionais, tem desafios maiores e urgência na realização de projetos de cooperação e de integração regional. Na África Ocidental, um dos projetos pioneiros, de cooperação e de gestão concertado de um rio “fronteira” é a *Organisation pour la Mise en Valeur du fleuve Sénégal (OMVS)*, fato que explica a escolha da OMVS como caso de análise deste trabalho. A análise busca identificar a través dessa iniciativa de integração socioeconômica, política e cultural, a importância do rio Senegal na aproximação (ou distanciamento) dos Estados da região.

3.1 Organização para a Valorização do Rio Senegal

A Organização para a Valorização do Rio Senegal (OMVS, sigla em francês) é o resultado de um longo processo e de várias tentativas de controlar e de explorar racionalmente os recursos do rio e de sua bacia. Segundo Barry (1985), a partir de 1819, quando a França recuperou a colônia do Senegal até então controlada pelos ingleses, procurou-se instituir uma empresa de colonização agrícola na região. O projeto de colonização agrícola tinha como objetivo introduzir naquele território, uma agricultura moderna capaz de suprir as necessidades alimentares da metrópole, devido à fertilidade das terras banhadas pelas águas do rio Senegal. É importante observar que a colonização agrícola é um projeto de adaptação às novas condições econômicas criadas pela abolição da escravidão, portanto, estrategicamente tal projeto significa transferir o trabalho forçado até então feito pelos escravos, no Novo Mundo, às colônias da África, como mostra essa declaração do então governador de Saint Louis do Senegal:

Nosso projeto de colonização agrícola consiste em introduzir em um vasto território, povoado por milhões de homens, a habitá-los ao trabalho por vantagens que eles não conseguem sem nossa presença, e a atá-los pelo aumento gradual das suas necessidades do presente a fim de que possamos os guiar para nossos interesses com a tendência de aperfeiçoar sua agricultura e colocando-os gradualmente sob a nossa dominação (Barry 1985, p. 350).

Ou seja, o rio Senegal, como qualquer outro rio da região, despertou interesses econômicos desde o período colonial, no entanto, durante esse período não se pode falar de cooperação ou de integração em volta do rio, pelo simples fato de que a região fazia parte do mesmo espaço político que é a África Ocidental Francesa (AOF). Dito de outra forma, os países que, na

atualidade, buscam uma integração ou cooperação em volta do rio existiram a partir da década de 1960, por isso que os projetos de exploração do rio que, de certa forma, apesar das rivalidades, unem os países da região, são bem mais antigos do que a existência dos Estados de Guiné, Mali, Mauritânia e Senegal.

Historicamente, a OMVS, é um projeto que começou com a criação, em 1934, de uma missão de estudo para o desenvolvimento do rio Senegal (MEAF¹), que passou a ser denominada Missão para o Desenvolvimento do Rio Senegal (MAS) em 1938, antes de se transformar em um órgão comum de valorização do rio. Esse foi criado em benefício dos três Estados autônomos que são a breve Federação do Mali (que agrupava os atuais Estados do Senegal e do Mali entre 1959 e 1960), Guiné e Mauritânia (OMVS, 2011). Essa evolução histórica mostra como o rio serviu estrategicamente na véspera da independência, para criar uma linha divisória no plano político e uma interdependência socioeconômica entre os Estados. Essa aproximação se deve ao peso econômico social e geopolítico que representa o rio para cada um dos Estados. Nenhuma dessas entidades políticas pode se dar ao luxo de abrir mão do rio Senegal, e tampouco pretender monopolizar o uso do mesmo, na medida em que ele é um bem comum, portanto, a saída é buscar uma forma amigável de gestão que permita o acesso a todos. É nesta ótica que, em 1963, foi criado o primeiro comitê interestados agrupando os quatro atuais membros da OMVS, criada somente em 1972, mas, desde 1968, existe a Organização dos Estados ribeirinhos do rio Senegal.

Grosso modo, a OMVS é o resultado ou a soma de todas essas tentativas, no entanto, a sua criação foi acelerada pela deterioração das condições climáticas que se materializaram por um período de seca nos anos 1970-1973 bem como com a primeira crise de petróleo, que acabou provocando a alta dos preços dos alimentos em nível global e regional. Esse período de seca foi fator determinante para convencer os diferentes dirigentes dos Estados da região de que era necessário e urgente criar uma estrutura que possa permiti-los enfrentar a crise em conjuntos e promover um desenvolvimento sustentável. Isso mostra de fato que, a mudança climática é uma ameaça à capacidade

dos Estados de oferecerem as oportunidades e serviços que ajudam as pessoas a manterem sua subsistência (Barnett e Adger, 2007) e explica as várias mutações organizacionais sofridas pela Organização para a valorização do rio Senegal antes mesmo da sua própria criação, em 1972.

Segundo Saäd (2004), o papel político-econômico regional do rio Senegal teve uma importância sem precedente com o projeto da colonização agrícola do Waalo² (1818-1831) e com a prosperidade do comércio de goma durante a primeira metade do século XIX. O projeto da colonização agrícola foi elaborado pelos franceses para enfrentar a situação criada pela conjuntura internacional e local que era desfavorável aos interesses da França. No plano internacional, em troca da recuperação da cidade de Saint da dominação inglesa, foi exigido o fim do comércio de escravos no atlântico. No plano local, na mesma época, houve a revolta dos escravos em São Domingos, nas Antilhas, que provocou a abolição da escravatura, na Índia a indústria francesa conheceu grandes baixas, particularmente no setor têxtil que era exportado para as Américas devido à diminuição da mão de obra escrava e à modificação dos preços no mercado internacional.

No Senegal, a situação não foi diferente, pois, a influência dos povos Trarza³ se intensificou consideravelmente na bacia do rio ao longo do século XIX, transformando a região em teatro de luta de resistência heróica travada conjuntamente pelos povos dos dois lados contra a agressão colonial que buscava dominar e controlar o comércio da goma e de escravos (Saäd 2004; Barry 1988). De fato, essa região foi marcada por divergência e conflitos tanto entre forças imperialistas (ingleses, holandeses, franceses, alemães etc.) quanto entre populações locais de um lado e de outro e a população local contra as forças estrangeiras, pelo controle do comércio e das atividades socioeconômicas do rio Senegal como mostra essa afirmação de Barry:

² Era o nome do reino e da região do rio Senegal. Somente depois de dominar essa entidade política, os franceses conseguiram se fixar na cidade de Saint Louis (primeira capital da AOF) e prosseguir o projeto colonial no resto da Senegâmbia.

³ São povos da atual Mauritânia. Os chefes trarza opuseram uma grande resistência à ocupação colonial europeia ao longo do século XVII e XVIII. As potências comerciais (França e Inglaterra) tiveram que se livrarem a uma longa e difícil guerra para o controle do tráfico da goma e dos escravos cujos rio Senegal era o eixo principal (Mauritânia, 2010).

¹Do francês: *Mission d'Études et d'Amenagement du Fleuve Senegal* (MEAS)

Déjà, à la fin du XVI et au début du XVII siècle, nous avons relevé le cri d'arme poussé par les Portugais devant la menace que représentait la concurrence des Hollandais, des Anglais et surtout des Français dans le commerce du fleuve Sénégal. (Barry 1985, p. 90).

Ou seja, ao longo da história, o rio Senegal, como o resto dos rios da África Ocidental tiveram sempre papel fundamental e uma importância sociopolítica econômica, mas também geopolítica ou geoestratégica. No entanto, se antes e durante a colonização ele foi motivo de lutas armadas entre forças políticas diversas, no período pós-independência buscou-se a gestão concertada do rio, a fim de evitar atritos que pudessem resultar em conflitos armados, já que nenhum dos Estados da região tem capacidade financeira, técnica e humana para arcar com despesas de exploração dos recursos hídricos em benefício próprio.

Percebe-se que os mesmos elementos que justificaram o projeto da colonização agrícola justificam os diferentes projetos de cooperação em torno dos recursos e oportunidades que a região oferece aos diferentes Estados ribeirinhos do rio Senegal, pois, além de sua importância histórica, é interessante lembrar que ele se caracteriza tanto pela largura e pela fertilidade da sua bacia, que se estende em um espaço de cerca 289.000 quilômetros quadrados, quanto pelos Estados que ele separa, e muito mais pelas populações que vivem em suas margens (OMVS, 2011). Desde séculos, como se mostrou, essas características atraíram interesses particulares e conseqüentemente levaram tanto a potência colonial quanto os responsáveis dos atuais Estados ribeirinhos, a buscarem meios de dominar e utilizar de maneira eficiente as enormes quantidades de água que esse rio joga no Oceano Atlântico.

Em resposta ao conjunto dos desafios socioeconômicos, políticos e ambientais, foi criada a citada Organização para a Valorização do Rio Senegal (OMVS), em 1972, com a seguinte missão: (i) realizar os objetivos de autossuficiência alimentar para as populações da região, (ii) garantir segurança e melhoria da renda dos povos do rio, (iii) preservar o equilíbrio do ecossistema na região em geral e particularmente na bacia do rio, (iv) reduzir a vulnerabilidade econômica dos Estados membros da organização em relação às mudanças climáticas e outros fatores externos e, por fim, acelerar o desenvolvimento econômico dos Estados membros. A respeito desses objetivos, não se discutem a

importância e a relevância, principalmente quando se leva em consideração o fator tempo. Pode-se afirmar que OMVS se antecipou em relação aos atuais problemas de aquecimento global e de erradicação da pobreza, no entanto, resta saber se esses objetivos se realizaram e quais são os impactos positivos e negativos, já que é sabido que o projeto de desenvolvimento hidroagrícola do vale do rio Senegal é o mais antigo projeto (colonial) de valorização de terra e água na África negra (Couture, 1999).

De qualquer forma, o início do século XXI foi marcado, principalmente em relação aos países africanos, pela fixação dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que buscam entre outros, a erradicação da extrema pobreza até 2015. Conforme dados do PNUD (2011), no nível global o objetivo é diminuir a pobreza em 21% até 2015 sendo que se estima que ao redor do mundo, 15% da população são pobres. Ou seja, o objetivo é tirar pelo menos cinquenta e três milhões de pessoas da pobreza até 2015. Isto significa prover alimentos, saúde educação lazer etc. para milhões de pessoas nos diferentes continentes, em um período marcado por fenômenos de aquecimento global e mudanças climáticas no planeta Terra. Nesse aspecto, Smith (2007) faz uma alerta de que a mudança climática e seus processos associados podem resultar em tempestades mais violentas, aumento do nível do mar e outras catástrofes ambientais; podendo, portanto, dificultar a realização dos ODM ou mesmo produzir efeitos contrários, como por exemplo, produzir grandes números de imigrantes ou refugiados ambientais.

No caso da África Subsaariana, independentemente do aquecimento global e da mudança climática, os desafios de erradicação da pobreza são permanentes, daí a importância do domínio e da gestão em comum dos recursos hídricos da região. Portanto, a OMVS, além dos objetivos acima enumerados, tem um papel fundamental na segurança dos Estados membros da organização, tanto em relação a ameaças internas (conflitos sociais, migração de populações), quanto em relação a ameaças externas (conflitos interestatais, uso indevido dos recursos naturais por grupos não estatais etc.), mas a OMVS busca também resolver os problemas de segurança alimentar e energética dos países da região, através de construção de barragens hidroelétricas na cidade de Diama, em território senegalês, e Manantali, que fica do lado do Mali.

Na opinião de Saâd (2004), o agravamento do período de seca dos anos 1970, as pressões demográficas, a necessidade de modernizar a agricultura, foram os fios condutores da criação da OMVS. Diante disso, seu programa principal se articula em torno da construção das barragens de regulação do curso das águas do rio; com o objetivo de permitir a exploração de 23 km³ de fluxo por ano e a irrigação de 37 mil hectares de terra cultivável divididos entre os Estados membros; sendo 240 mil do lado do Senegal, 126 mil para a Mauritânia, e 9 mil hectares do lado do Mali. Igualmente, esse projeto de construção de barragens hidroelétricas no rio Senegal permite produzir energia elétrica necessária para o desenvolvimento dos Estados membros. As barragens de Diama, construída em 1988, em território senegalês, e Manantali construída em Mali, entre 1982 e 1987, foram planejadas e executadas, na perspectiva de responder a essas necessidades pela geração de 800 *gigawatts*/hora de energia elétrica, além de criar condições favoráveis à navegação ao longo do rio.

4.2. Balanço das Realizações da OMVS

A cooperação que se busca em torno do rio Senegal, entre os Estados de Mali, Mauritânia, Senegal e Guiné, se resume, na atualidade, à realização dessas duas barragens que, por vários motivos não resolveram os problemas socioculturais, políticos, econômicos da sociedade e dos Estados e, tampouco, consolidou a integração. Primeiramente, é importante dizer que, apesar da cooperação e do diálogo que existiram entre os Estados para a criação do OMVS e das realizações das obras, cada um deles investe na Organização e em programas pensando em interesses e preocupações econômicos, políticos e às vezes mesmo questões simbólicas próprias. Sendo assim, os interesses do Mali se resumem à possibilidade de ter acesso ao mar por meio do rio Senegal -que se tornou navegável graças às barragens -, em reduzir a sua dependência em relação aos países vizinhos, como a Costa de Marfim, e em ter acesso à energia elétrica a custo relativamente baixo para o desenvolvimento da sua indústria de minas (ferro e bauxita); Senegal e Mauritânia interessam-se no reforço e perenização do desenvolvimento hidroagrícola, além de suprirem seus déficits em energia elétrica (Saâd 2004, p. 101). Essa divergência de interesses mostra que a busca de soluções concertadas aos problemas dos rios internacionais, tanto na África, quanto em outras partes

do mundo, exige certo conhecimento das diversas formas de interdependências que existem no âmbito dos Estados ribeirinhos. Segundo Sadoff, Dale e Hill (2010), o conhecimento de tais fatores facilita a negociação, pois é elemento que sustenta a motivação, a busca de soluções concertadas em que cada negociante sai ganhando.

Essa aparente contradição entre os objetivos da OMVS e os objetivos dos Estados individualmente considerados, pode se explicar pelo grau de complexidade do ambiente sociopolítico da região, que, como referido anteriormente, é centenária, com vários desentendimentos, principalmente entre administração colonial e sociedade local. Isso não significa que entre os povos havia entendimento, harmonia e paz social. Ou seja, historicamente, a região foi motivo de disputas e de conflitos de interesses, devido efetivamente a importância estratégica e sociopolítica que constitui o rio. Segundo Barry (1985), a única presença do rio Senegal constitui fator principal da vida das populações wolof, tukolor, fula, soninkes e mandingas, que dividem por séculos os territórios desse vale. A diversidade da população é completada por uma diversidade de paisagem e de atividades econômicas e de organizações sociais diversas; logo, pode-se perceber que a internacionalização das águas do rio Senegal e de seus afluentes não é suficiente para resolver os problemas da região.

Desse modo, cientes dos riscos sociopolíticos iminentes, os países membros da OMVS concluíram um conjunto de acordos para: garantir o caráter coletivo das barragens e de todas as obras de desenvolvimento que poderão ser executadas, organizar suas estruturas institucionais e, assim, prever mecanismos de integração que possam contribuir para a erradicação dos focos de conflitos ou pelo menos, resolvê-los, caso surjam. Boa parte da literatura consultada a respeito do assunto (Barry 1985; Saâd 2004; Couture 1999), identifica quatro principais pontos problemáticos nos próprios acordos realizados entre os países membros de OMVS. O primeiro problema diz respeito à repartição dos custos das obras feitas pela organização, que determina que o Senegal seja responsável por 46% dos gastos, Mali 37% e Mauritânia 17%. Essa repartição continua sendo motivo de discordância entre as partes, pois, logicamente em termos econômicos, pode-se pensar

que os benefícios devem ser proporcionais aos investimentos. O segundo problema tem um caráter técnico, pois tem a ver com a forma de execução das obras secundárias, devido principalmente às diferenças de infraestruturas e equipamentos de transporte de cada país. O terceiro ponto é de uma acuidade não menos importante, visto que concerne à forma de gestão dos recursos hídricos, profundamente enraizados na história e geografia, carregando dificuldades passionais, cujo choque incendeia periodicamente a região e é pautado principalmente pela repartição dos espaços irrigados pelas águas das barragens. Mais desproporcional do que a repartição dos custos, que são respectivamente 64% para Senegal, 34% para Mauritânia e somente 2% para Mali. Finalmente, o quarto ponto e certamente o mais importante, trata da propriedade fundiária, que causa, além dos conflitos étnicos, graves crises entre os Estados, como foi o conflito entre Senegal e Mauritânia em 1989.

Em suma, depois de um longo período de grandes investimentos em busca de desenvolvimento socioeconômico e político com base no uso racional dos recursos hídricos do rio Senegal, os resultados são encorajadores no ponto de vista dos Estados e nem tanto para a sociedade. Grosso modo, pode-se afirmar que a construção dessas barragens são grandes realizações da OMVS. Apesar da importância dessas infraestruturas regionais contribuírem no desenvolvimento da agricultura, da produção de energia elétrica e de reforçar a conectividade entre os países membros, os principais objetivos da organização não estão ainda voltados a quem se espera. É interessante notar que, do ponto de vista sociopolítico, uma ligeira comparação das condições de vida da população antes, durante e depois da criação da OMVS e principalmente, após o início do funcionamento das infraestruturas (barragens), mostra o contrário do que se esperava; se antes, apesar das diversidades socioculturais que se criou em volta do rio Senegal ao longo da história, as paisagens culturais permitiram a criação de um modo de vida comum aos povos dos dois lados do rio, gerando um equilíbrio sócio ecológico relativamente estável, os programas de irrigação e de gestão das terras pelos Estados através dos projetos de OMVS vieram perturbar o equilíbrio (Saâd, 2004). Isso, devido ao fato de que a maioria dos projetos é baseada em uma política que busca a

primazia das vantagens econômicas no uso dos rios e das infraestruturas lá instaladas, em detrimento das vantagens socioeconômicas.

Segundo Sadoff, Dale e Hill (2010), o que se deve priorizar nas negociações dos acordos de exploração conjunta do rio é a distribuição dos benefícios e não a distribuição da água. Ora, no caso dos acordos da OMVS parece que foi exatamente priorizada a distribuição da água do rio, tendo em vista a distribuição por quantidade de quilômetros quadrados irrigados, ou seja, uma distribuição física.

Portanto, como se pode perceber, de um lado os rios constituem pontos de convergência e de convivência de uma multiplicidade de povos e de culturas, do outro lado a apropriação e dominação dos mesmos por fins econômicos, políticos ou geoestratégicos, criam condições para o surgimento e a perpetuação de ameaças à segurança (alimentar, humana e ambiental) tanto dos Estados quanto da sociedade. Essas ameaças podem se transformar em conflitos sociais que, por sua vez, podem se converter em conflitos interestatais, como foi o caso do atrito entre Senegal e a Mauritânia em 1989. Ou seja, apesar da OMVS figurar em termos de organização interestados como exemplo de exploração, de gestão e desenvolvimento de recursos hidroelétricos e agrícolas, os vários empreendimentos realizados são fontes de conflitos socioeconômicos e políticos, em parte responsáveis por fenômenos (migrações e imigração da população local) atribuídos na literatura como consequências do aquecimento global e das mudanças climáticas na região até a atualidade.

Essas tensões, contrariamente ao pensamento de Mercer, Mohan e Power (2003), são mais do que uma mera oposição entre uma África desestabilizada por uma modernização, e outra África enraizada em tradições de longa data, e muito menos a incapacidade das tradições africanas em lidar com o início da modernização; mas sim, o resultado de políticas econômicas inadequadas e incapazes de criar um ambiente de convergência entre o tradicional e o moderno. Ou seja, a questão seria não criar posições antagônicas, pois em princípio a modernização de um país tem como objetivo garantir o bem estar social no âmbito do território nacional.

Na realidade, essa suposta modernização encontra uma resistência da mesma forma que a colonização encontrou no século XIX devido à ideia e intenção do mundo capitalista, e do imperialismo, de buscar a uniformização das culturas e modos de ser e de viver em nome do mundo globalizado, que, juntamente com o fim da Guerra Fria, desarticularam interna e externamente as estruturas políticas, econômicas e socioculturais africanas, gerando conflitos desestabilizadores em meio ao alastramento da pobreza, da mega-urbanização caótica e de ressurgimento de doenças epidêmicas (Visentini, 2010); como foi o caso no vale do rio Senegal onde se viu o surto de uma epidemia de elefantíase⁴, bem como o aumento dos casos de paludismo na região.

Um dos grandes problemas da urbanização ou da industrialização nos países do Terceiro Mundo em geral e, especificamente na África, é o fato de essa industrialização, em vez de criar mais independência e autonomia, ter aumentado os laços de dependência e de subordinação tanto dos Estados quanto da sociedade, devido ao poder do chamado capital estrangeiro que nem sempre é facilmente rastreado. No caso da OMVS, apesar da iniciativa ser (pelo menos aparenta ser), da autoria dos responsáveis políticos dos Estados membros, fazendo um paralelismo entre a incapacidade financeira dos atores políticos e os custos das obras que são avaliados em 36 bilhões de francos CFA⁵ pode-se perceber e explicar as crises socioeconômicas geradas pelas barragens de Diama e de Manantali no rio Senegal. Neste caso, um dos grandes gargalos é a gestão da exploração das terras no período pós-barragem, que viu os Estados criarem leis de apropriação e de privatização dos espaços, até então fontes de renda para a sociedade local.

Assim, conclui-se que os programas de irrigação das terras no vale do rio Senegal planejados e executados pelos Estados membros e seus financiadores internacionais⁶ não parecem levar em conta as

necessidades da sociedade local, donde o surgimento de objetivos antagônicos e conflitivos, ou seja, o domínio e a exploração dos recursos hídricos por via de cooperação entre os Estados favorece a integração pelo menos no ponto de vista institucional e evita atritos entre os atores políticos, mas, pode gerar conflitos internos aos Estados.

Referências

Adandé, A.B.A. (2006) *Integration régionale, Démocratie et Panafricanisme: Paradigmes anciens, nouveaux défis*, Conseil pour le développement de la recherche en sciences sociales en Afrique (CODESRIA). Dakar, p.166.

Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie (ANSD) (2005) *Situation Économique et Sociale du Sénégal*. Dakar.

Bah, T. (2005) *Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain: perspective historique*. Conseille pour le Développement de la recherche en sciences sociales en Afrique (CODESRIA), Dakar.

Barry, B. (1985) *Le royaume du Waalo: Le Sénégal avant la conquête*. Khartala, p.421.

———. (1988) *La Senegambie du XV^e au XIX^e siècle. Traite negrière, islam, conquête colonial*. Paris: L'Harmattan, p.432.

Cedeao. (2006) *Integration du Genre dans la gestion des ressources en eau en Afrique de l'Ouest: Analyse da situation et esquisse d'un programme d'actions*. Ouagadougou. Disponível em:

http://www.wrcu.ecowas.int/fr/pdf/Programme_Genre_UCRE_11%20janvier.pdf. (Acesso em 28 mai.2011).

Couture, J.L. (1999) *Étude documentaire sur la gestion de l'eau en Afrique sub-saharienne et région Caraïbes*, Centre Technique de Coopération Agricole et Rural. Pays-Bas. Disponível em: http://www.anancy.net/documents/file_fr/8009_Etude_documentaire_sur_la%20gestion_de_l_eau_e_n_Afrique.pdf. (Acesso em 04 Jul. 2011).

⁴ Síndrome caracterizada pelo aumento enorme de algumas partes do corpo, especialmente as extremidades inferiores, os órgãos genitais externos.

⁵ Franco CFA, é a moeda usada pelos países da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e na atualidade a paridade da moeda em relação à moeda europeia é a seguinte: EUR 1=655FCFA.

⁶ Conforme dados da OMVS, Arábia Saudita (Fundo Saudita), Kuwait, França (CCCE e FAC), a Comissão Europeia (FED), o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento-BAD (NTF e FAD) e o PNUD.

- Ki-Zerbo, J. (Org.) (2010) *História da África I: Metodologia e pré-história da África*, Brasília, Unesco.
- Fawole, W. A. and Ukeje, C. (2005) *The Crisis of the State and Regionalism in West Africa: Identity, Citizenship and Conflicts*. CODESRIA, Dakar.
- Ladwig, N.I.; da Costa, R.S. (Org.) (2009) *Vinte anos da queda do Muro de Berlin: um debate interdisciplinar*, Unisul.
- Lipchin, C. et al. (2006) *Integrated Water resources Management and Security in the Middle East*, Israel: Springer.
- Macquarie, P. et al. (2008) 'Promoting Cooperation in the Mekong Region through Water Conflict Management', in *Regional Collaboration, and Capacity Building, GMSARN International Journal*, [online], n. 2, pp.175-184. Disponível em: http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/MacQuarrie_et_al_08.pdf (Acesso em 18 Jun. 2011).
- Marouf, N. (dir.) (2007) *Les identités régionales et la dialectique Sud-Sud en question*. CODESRIA, Dakar.
- Merecer C.; Mohan G.; Power, M. (2003) *Towards a critical political geography of African development*. Elsevier, UK, Geofrum n°34, pp.419-436.
- Governo da Mauritânia. (2010) *Comissão Nacional Preparatória: Mauritânia 50anos*. Nouakchott, 2010. Disponível em: <http://www.cinquantenaire.mr>. Acesso em 04 Jul. 2011.
- Niasse, M. (2004) 'Prévenir les conflits et promouvoir la Coopération dans la gestion des fleuves transfrontaliers en Afrique de l'Ouest', in *Vertigo* [online], vol.5, n.1. Disponível em: <http://vertigo.revues.org/3979> (Acesso em 28 Mai. 2011).
- .; Afouda, A.; Amani, A. (2004) *Redução da vulnerabilidade da África Ocidental para os impactos Climáticos de Recursos Hídricos, zona húmida e desertificação: Elementos para uma Estratégia Regional para preparação e a adaptação*. IUCN-World Conservation Union, Gland, Suíça.
- OMVS. (2011) *Organisation pour la mise en valeur du Fleuve Senegal: histoire*. Disponível em: www.omvs.org. (Acesso em 02 Jul. 2011).
- PNUD. (2011) *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em: www.pnud.org.br. (Acesso em 03 Jul. 2011).
- Reynard, E. (2000) 'Cadre institutionnel et gestion des ressources en eau dans les Alpes: deux études de cas dans des stations touristiques valaisannes' in *Swiss Political Science Review* [online], Vol. 6, n.1, pp. 53-85. Disponível em: http://62.73.1.169/h2o/site/DOSSIERS_doc/etudes%20de%20cas.pdf (Acesso em 28 Mai. 2011).
- République du Benin. (2008) *Politique Nationale de l'Eau*. Disponível em: http://www.pseau.org/outils/ouvrages/mmee_politique_nationale_eau_2008.pdf (Acesso em 07 Jul. 2011).
- Saâd, M. (2004) 'Le Fleuve Sénégal comme enjeu regional de la colonização agrícola à l'après-barrage (1818-2001)', in Salem, Z. O. A. (dir). *Les trajectoire d'un État-frontière: Espaces, évolution politique et*

transformations sociales en Mauritanie. Conseil pour le Développement de la recherche en sciences sociales en Afrique (CODESRIA), Dakar, pp. 90-112.

Sadoff, C.W.; Dale, W.; Hill, D. G. (2010) *Les fleuves Internationaux d'Afrique: Une perspective économique*. Université de la Caroline du Nord. Disponível em: <http://earthmind.net/rivers/docs/worldbank-fleuve-internationaux-d'Afrique.pdf>. (Acesso em 07 Jul. 2011).

Soaré, I.K. (2010) *Situation Rapport: Une évaluation critique des défis de la sécurité en Afrique de l'Ouest*. Institute for Security Studies, South Africa.

Sow, F. (2004) 'Les femmes et la terre', in Diop, M.-C. *Gouverner le Sènègal: Entre ajustement structurel et développement durable*, Paris, Khartala, pp.273-299.

Saraiva, J. F. S. (1987) *Formação da África contemporânea*, São Paulo, Atual.

Smith, P. J. (2007) *Climate Change, Mass migration and the military Response*. IPCC-Fall.

Stalgren, P. and Söderbaum, F. (2010) 'Micro regionalism in the Zambezi Basin', in Breslin, S. and Hook, G. D. *Micro regionalism and World Order*, Centre for the Study of Globalization and Regionalization, University of Warwick.

Visentini, P. F.; Ribeiro, L. D.; Pereira, A. L. (2007) *Breve História da África*. Porto Alegre: Ed. Leitura.

———. (2010) *A África na Política Internacional: o sistema Interafricano e sua Inserção Mundial*. Paulo Fagundes Visentini, Curitiba: Juruá.

Wade, A. (2005) *Un destin pour l'Afrique: l'avenir d'un continent*, ed. Michel Lafon, Île de la Jatte.

Warner .K et al. (2010) Climate Change, environmental degradation and migration. *Springer-Nat Hazards*, v.55, pp. 689-715.